



Assembleia da República Gabinete do Presidente
N.º de Entrada 346979
Classificação
05/02/21
Data
10/03/03

REQUERIMENTO Número /XI ( 1.ª )

PERGUNTA Número ) 696 XI (1.ª)

Expeça-se
Publique-se
2010103104
O Secretário da Mesa Rocário

**Assunto:** Apoios às populações da aldeia de Portelo, no concelho de Bragança

**Destinatário:** Ministério da Economia, do Trabalho e do Ambiente.

*Por determinação de S. S. C. P. A. P. à  
da Secretaria da Mesa  
4.3.10 85*

Exmo. Sr. Presidente da Assembleia da República

No final de 2009, fortes chuvas abateram-se sobre a Serra de Montesinho, no concelho de Bragança, incidindo, em particular, numa área de exploração mineira, há anos desactivada.

Estas chuvas engrossaram os caudais que, em vez de serem guiados por um desvio construído há anos, irromperam por uma ribeira que atravessa a aldeia de Portelo, inundando hortas e lameiros, assoreando-os com toneladas de areias e outros inertes.

Tanto as águas como os inertes que se depositaram em terrenos, particularmente importantes para as economias locais, estão fortemente contaminados tanto com produtos químicos usados e depositados, durante décadas de exploração, nas minas, como com metais pesados.

Com a continuação do Inverno chuvoso e porque nenhuma entidade pública interveio, as águas contaminadas das minas continuam a vazar pela ribeira que mantém uma cor acastanhada, não sendo derivadas pelo desvio tradicional, como deviam.

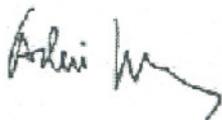
Dada esta inoperância das autoridades, hoje, as populações de Portelo confrontam-se com os problemas seguintes: assoreamento de hortas e de lameiros, que deviam estar limpos para as produções de primavera/verão de hortícolas e de forragens para os animais; contaminação de águas superficiais e subterrâneas com produtos químicos e metais pesados que podem pôr em risco a saúde das populações, sobretudo quando se iniciar as regas das hortas; destruição de um ecossistema delicado que se encontra numa das áreas de maior sensibilidade paisagística e ambiental do Parque Natural de Montesinho.

Por isso, ao abrigo das disposições constitucionais e regimentais venho solicitar aos Ministros da Economia, da Saúde e do Ambiente que me informem:

1. Têm conhecimento da situação acima descrita?
2. Quando pensam intervir, no sentido de retirar as toneladas de inertes que recobrem hortas e lameiros, reconstruir a derivação dos caudais contaminados evitando o atravessamento da aldeia, no sentido de garantir que a saúde pública está protegida e no sentido de obstar a uma degradação ambiental?
3. Foram já avaliados os prejuízos? Quem os vai pagar? Quando serão pagos?

Palácio de São Bento, 2 de Março de 2010

O Deputado do PSD



Adão Silva